

A Europa Consigo em 2007

Breve perspectiva do que fez
a União Europeia
ao longo deste ano



A UE reafirma a sua dedicação aos cidadãos

A relação entre a UE e os seus cidadãos pode parecer complicada. A julgar pela minha experiência diária é, de facto, muito simples. A UE existe para os cidadãos e tem como objectivo responder às suas necessidades e preocupações. Em 2007, ano em que celebra o seu 50.º aniversário, a União tomou novamente medidas concretas que conduziram a resultados concretos em diversos domínios, desde o combate às alterações climáticas até à possibilidade de o consumidor europeu dispor de uma escolha mais alargada de produtos e serviços a preços mais baixos.



© EC

Margot Wallström
é vice-presidente da Comissão Europeia
e responsável pela Comunicação.

Pode contactá-la visitando
o seu blogue pessoal:
ec.europa.eu/commission_barroso/wallstrom

Qualquer relação saudável se baseia na comunicação entre parceiros, pelo que é vital que escutemos os pontos de vista dos cidadãos, se pretendermos corresponder satisfatoriamente às suas expectativas. Eis o motivo por que a Comissão Europeia se empenhou em alargar o debate acerca da Europa, levando as pessoas, por toda a UE, a discutir activamente e em conjunto as questões que consideram essenciais.

A título de exemplo, em 2007 realizaram-se, com êxito, várias «consultas aos cidadãos», nas quais milhares de pessoas de todos os quadrantes e países da UE se reuniram para debater temas da sua escolha: desde o abastecimento energético e o alargamento da UE até à assistência social e familiar e à imigração. Gostaria de os convidar a participar nesse debate e a fazer ouvir a sua voz no sítio «Debate Europe», especialmente concebido para o efeito: www.europa.eu/debateeurope.

2007 foi também o ano em que surgiram, pela primeira vez, videoclipes sobre temas relacionados com a UE na Internet. Quase de imediato, assistiu-se a uma ascensão vertiginosa do número de visitantes no novo sítio «EUtube» (youtube.com/eutube), que se transformou num ponto de encontro muito concorrido, com informações, entretenimento e interactividade.

Os líderes da UE chegaram recentemente a acordo sobre um Tratado Reformador, que facilitará a tomada de decisões no âmbito da família da UE em crescimento. Reforçará também a democracia, conferindo poderes acrescidos tanto ao Parlamento Europeu como aos parlamentos nacionais. Contudo, para que as pessoas acolham bem o novo tratado, é necessário reforçar a comunicação entre a UE e os seus cidadãos. É esta a via que a Comissão escolheu percorrer em 2007.

Margot Wallström



A Europa Consigo em 2007 ^{> 03}

Breve perspectiva do que fez a União Europeia ao longo deste ano

Acordo sobre a reforma da UE

A Europa cria novos empregos

A UE lidera o combate às alterações climáticas

Mais viagens sem passaporte

Eurotarifa reduz as facturas dos telemóveis

Procura crescente de observadores eleitorais da UE

Fornecedores de energia competem na prestação de serviços e nos preços

Voar para os EUA: mais opções e tarifas mais baixas

A UE promove uma alimentação mais saudável

Empresas dominantes não podem limitar a escolha dos consumidores

Acordo sobre



© Corbis

Em Outubro, os líderes da UE adoptaram um Tratado Reformador para tornar a União dos 27 mais eficaz e mais democrática.

As regras inicialmente forjadas para uma comunidade de seis Estados tinham de ser adaptadas quando a UE cresceu para 25 e, depois, para 27 membros.

O Tratado Reformador providencia um quadro institucional mais eficaz. Cria um novo cargo de presidente do Conselho Europeu (o órgão supremo da UE) e permite que a Europa fale a uma só voz através de um alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Ao Parlamento Europeu foi conferido maior poder e os parlamentos nacionais passam também a ter uma intervenção mais decisiva no processo de elaboração das políticas da UE.

O novo tratado permite que os cidadãos solicitem à UE, por meio de petições, a adopção de medidas consagrando os direitos

a reforma da UE



fundamentais dos cidadãos numa Carta. Clarifica ainda a repartição de competências entre a União e os Estados-Membros. Apetrecha a União dos 27 para enfrentar os desafios concretos do século XXI. A UE terá mais capacidade para satisfazer as nossas expectativas sobre questões como as alterações climáticas e a segurança energética, a criminalidade transfronteiriça e a imigração.

O Tratado Reformador tem de ser ratificado por cada um dos 27 Estados-Membros antes de poder entrar em vigor. O objectivo é conseguir que este tratado entre em vigor antes das próximas eleições para o Parlamento Europeu, em Junho de 2009.



A Europa cria

Em 2007, o desemprego baixou em toda a Europa, graças à robustez da economia europeia e à estabilidade dos preços, asseguradas por um euro forte.

Em 2007, foram criados cerca de 3,6 milhões de novos postos de trabalho na UE, o que corresponde a um aumento de 1,5% dos níveis de emprego. Os países que aderiram à UE em 2004 e 2007 registaram o crescimento económico mais elevado, tendo sido criados mais postos de trabalho a nível local e geradas novas oportunidades de negócio para as empresas de toda a Europa.

Um grande número de factores influenciou o desempenho positivo da economia. Muitas das políticas de base da UE são essenciais para um crescimento a longo prazo. Uma delas, a da moeda única, contribui para a estabilidade económica, ao eliminar as flutuações transfronteiriças das taxas de juro e de câmbio.



novos empregos



© Yan Parys Media



Em 2007, o euro bateu recordes históricos relativamente ao dólar americano e ao iene japonês. A força do euro tem prós e contras: para o sector empresarial e industrial da UE, significa que as importações, como as dos produtos energéticos, cujos preços são frequentemente indexados em dólares, ficam mais baratas; por outro lado, os exportadores sentem-se sob pressão, porque os seus produtos encarecem nos mercados estrangeiros relativamente aos da concorrência.

Em 1 de Janeiro de 2008, Chipre e Malta adoptarão o euro, aumentando para 15 o número de países que aderiram à moeda única. Mais de dois terços dos cidadãos da UE usam actualmente o euro na sua vida quotidiana.

A UE lidera o combate



© Alamy

A ação da UE no domínio das alterações climáticas reflecte uma preocupação crescente, que é comum tanto às populações como aos governos.

Dado que as provas científicas das alterações climáticas se tornaram ainda mais convincentes, a UE lançou uma estratégia ambiciosa, que irá não só reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito de estufa, responsáveis pelo aquecimento do planeta, mas também aumentar a segurança do abastecimento energético. A estratégia reforça a liderança global da UE, uma vez que está em causa combater o aquecimento global e as suas consequências: subida do nível das águas do mar, seca extrema em determinadas regiões do planeta e fenómenos meteorológicos catastróficos noutras.

A trave mestra da estratégia climática e energética, ratificada pelos líderes da UE em Março, é

às alterações climáticas

um compromisso no sentido de reduzir, até 2020, as emissões de dióxido de carbono e de outros gases até 30% abaixo dos níveis de 1990, desde que os outros países desenvolvidos façam o mesmo. Enquanto se aguarda a abertura das negociações para um novo acordo da ONU relativo às alterações climáticas, a UE assumiu o compromisso de reduzir as suas emissões, no mínimo, em 20%.

Para o conseguir, a UE estabeleceu objectivos próprios (a atingir até 2020) de reduzir o consumo de energia em 20% através de uma melhoria da eficiência energética, triplicando a percentagem de energia de fontes renováveis para 20% e aumentando a quota dos biocombustíveis nos consumos de gasolina e de gasóleo para 10%. Essas iniciativas tornarão também a economia da UE mais eficaz e menos dependente das importações de energia.



Mais viagens

Para os países que aderiram à UE em 2004, viajar sem fronteiras tornou-se uma realidade em Dezembro.

A remoção, extremamente simbólica, dos controlos remanescentes nas fronteiras entre os países de Leste e o Ocidente significa que os cidadãos dos «novos» Estados-Membros usufruem actualmente da possibilidade de viajar sem passaporte por toda a UE, menos de quatro anos após a sua adesão. Ficou estabelecido que tal teria efeito antes do Natal, pois facilita as deslocações durante esse período de férias, especialmente para os cidadãos que trabalham num outro país da União.

As novas normas abrangem as viagens por terra e por mar. Os controlos de entradas e saídas nos aeroportos para os voos internos da UE serão abolidos no final de Março de 2008.

Todavia, essas normas ainda não são aplicáveis à Bulgária e à Roménia, que aderiram à UE em Janeiro de 2007, nem a Chipre.



sem passaporte

Como contrapartida da liberdade de circulação a nível interno, instituíram-se controlos rigorosos nas fronteiras externas da UE e uma cooperação mais estreita em matéria de segurança entre as autoridades nacionais. Os sistemas e procedimentos em vigor para a detecção de criminosos e de terroristas ao abrigo do Acordo de Schengen foram, conseqüentemente, alargados aos países em causa: República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Eslovénia e República Eslovaca.

A zona em que a liberdade de viajar sem fronteiras vigora inclui Estados não membros da UE, nomeadamente a Islândia e a Noruega. Se bem que o Reino Unido e a Irlanda pertençam, ou tencionem vir a pertencer, ao sistema Schengen de cooperação policial e judiciária, optaram por manter os controlos nas fronteiras para todos os viajantes que entram nos respectivos territórios.



© Imageselect/Frank Ommara



Eurotarifa reduz

A Comissão Europeia cumpriu a sua promessa de 2006: reduzir os custos da utilização do telemóvel quando se viaja na Europa.

Graças a uma nova legislação da UE, os preços começaram a descer em Julho e, em Outubro, os 400 milhões de utilizadores de telemóveis da UE puderam poupar até 60% no custo das chamadas de e para outro Estado-Membro. A nova eurotarifa para *roaming* (utilização do telemóvel no estrangeiro) de 2007 é de 0,49 euros por minuto, para as chamadas efectuadas, e de 0,24 euros, para as chamadas recebidas. As tarifas de *roaming* médias anteriores relativas



as facturas dos telemóveis



© Getty Images



ao intercâmbio de chamadas entre dois países da UE eram de 1,10 euros e 0,58 euros, respectivamente.

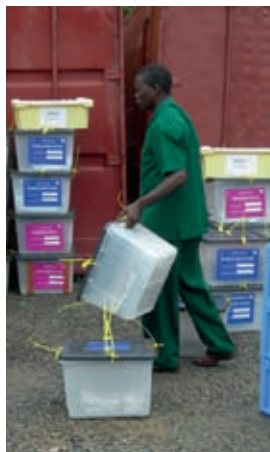
Esta foi uma das iniciativas de maior envergadura (e uma das mais populares) da UE em defesa do consumidor. No final de Agosto, mais de 200 milhões de utilizadores de telemóveis beneficiaram já da eurotarifa.

A eurotarifa é o preço máximo. Uma série de operadores estão mesmo a oferecer tarifas mais baixas, apesar dos protestos iniciais, em 2006, de que os cortes previstos iriam causar-lhes dificuldades. Ao abrigo da nova legislação, a eurotarifa continuará a baixar ainda mais em 2008 e 2009, atingindo então 0,43 euros para as chamadas efectuadas e 0,19 euros para as chamadas recebidas.

Procura crescente de obs

Cada vez mais países em todo o mundo estão a solicitar à UE o envio de equipas de observadores para supervisionarem os seus processos eleitorais.

Em 2007, a UE enviou nove missões de observadores, que acompanharam eleições a nível nacional em diversos países, desde Timor-Leste, na Ásia, à Serra Leoa, à Mauritânia e ao Togo, em África. A sua missão era supervisionar a votação e avaliá-la com base nas normas internacionalmente aceites para eleições democráticas. Na maioria dos casos, as missões concluíram que as eleições tinham sido substancialmente conformes às normas internacionais. Em alguns casos, a avaliação dos observadores da UE foi menos positiva e chegou mesmo a verificar-se, por vezes, a suspensão ou o adiamento das eleições; a democracia é um trabalho constante.



Observadores eleitorais da UE



© EC

A promoção da democracia é a pedra angular da política externa e de segurança comum da UE e as suas missões de observação eleitoral contribuem para projectar o «poder subtil» da União em todo o globo. As equipas da UE são consideradas observadores independentes e neutrais, bastando a sua presença para reforçar a confiança dos eleitores locais no processo eleitoral.

Em 2007, cerca de 1000 cidadãos dos 27 Estados-Membros participaram em missões de observação. Todos eles eram voluntários e todos eles foram seleccionados em função da pertinência das suas qualificações especializadas e dos seus antecedentes profissionais. Antes de cada uma destas missões, receberam formação suplementar e orientações específicas.



Fornecedores de energia competem

A partir de Julho, os agregados familiares de toda a UE passaram a ter liberdade de escolha relativamente ao seu fornecedor de gás e de electricidade.

Agora, pode ir às compras e tentar obter os melhores preços e as melhores condições de fornecimento do seu actual fornecedor ou de um dos recém-chegados ao mercado, por vezes até provenientes de outros países da UE que entraram no mercado nacional. A abolição dos monopólios da electricidade e do gás tem sido uma das prioridades de longo prazo da UE.

A abertura do mercado, em Julho, é a conclusão de um processo que teve início há vários anos e através do qual foi concedida liberdade de escolha, em primeiro lugar, aos utilizadores industriais em grande escala, depois, às



na prestação de serviços e nos preços



© Getty Images

pequenas empresas e, finalmente, aos agregados familiares. Vários Estados da UE não aguardaram até ao prazo final de Julho, pelo que neles os agregados familiares beneficiam da liberdade de escolha já há algum tempo.

Em cada um dos países da UE, existem entidades reguladoras para assegurar que os fornecedores operam correctamente e fornecem os serviços prometidos aos seus clientes. A liberalização do mercado faz parte de uma estratégia energética mais abrangente da UE, cujos objectivos incluem o combate às alterações climáticas, a garantia da segurança do abastecimento e uma utilização mais eficaz da energia.



Voar para os EUA: mais



© Getty Images

Os líderes da UE e dos EUA celebraram um acordo denominado «Céu aberto» («open skies») numa cimeira realizada em Washington, em Abril de 2007.

Nos termos do acordo, as companhias aéreas europeias podem transportar passageiros entre qualquer destino nos Estados Unidos da América e qualquer destino na Europa e vice-versa. Podem igualmente fixar as suas próprias tarifas, sem ingerência governamental. Os mesmos direitos vigoram para as transportadoras aéreas de carga. As companhias aéreas europeias não estão, porém, autorizadas a transportar passageiros ou carga nas rotas nacionais dos EUA, embora o acordo preveja a realização de negociações para abrir o mercado interno americano à concorrência até 2010.

A Comissão Europeia estima que o acordo «Céu aberto» criará, nos próximos cinco anos,

opções e tarifas mais baixas

até 80 000 postos de trabalho na UE e nos EUA e gerará 12 mil milhões de euros de benefícios económicos, através de um aumento da concorrência e da introdução de novas rotas.

Os passageiros poderão beneficiar de maior oferta e de tarifas mais baratas. Uma liberalização semelhante das viagens aéreas no interior da UE, operada recentemente, criou uma miríade de novas rotas e fez cair consideravelmente os preços dos voos, porque as companhias aéreas nacionais passaram a competir com transportadoras aéreas de baixo custo. O acordo «Céu aberto» abre o caminho à celebração de acordos similares com outras partes do mundo.



A UE promove uma

As reformas da UE no sector das frutas e dos produtos hortícolas, em 2007, ultrapassaram a dimensão económica.

Só em dois países da UE (a Grécia e a Itália) são consumidas as doses de fruta e de produtos hortícolas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde para uma alimentação saudável. A UE cumpriu a sua parte, procurando encorajar o resto dos cidadãos europeus a atingir a meta da OMS, ou seja, o consumo diário da dose recomendada de 400 gramas, através de um programa de reforma, que foi adoptado em Setembro e se destina a melhorar a produção e a comercialização das frutas e dos produtos hortícolas. Uma parte do programa financia as acções concebidas para promover o consumo destes produtos alimentares, especialmente entre os jovens e as crianças em idade



alimentação mais saudável



© Corbis

escolar. Uma outra vertente apoia a expansão dos alimentos biológicos, cultivados sem aditivos artificiais ou químicos.

O pacote de reformas, que entra em vigor em 2008, visa apoiar os agricultores, cada vez mais «esmagados» pelas grandes cadeias de supermercados, que dominam o sector alimentar retalhista. O financiamento da UE incentivar­á os agricultores a aderir a grupos de produtores, ou a criá-los, a fim de melhor poderem negociar os preços com essas cadeias de supermercados, responsáveis por 70% a 90% das vendas de produtos alimentares na zona norte da União e cujas quotas de mercado estão a aumentar rapidamente noutras zonas.

O novo regime aplicável às frutas e aos produtos hortícolas é a última de uma série de reformas concebidas para incrementar a competitividade da agricultura da UE, melhorando simultaneamente a sua qualidade e comercialização. Desde 2003, vários outros sectores têm vindo a ser objecto de reformas.



Empresas dominantes não podem



© Corbis

O ano de 2007 foi particularmente proveitoso para a política de concorrência da UE salvaguardando os interesses dos consumidores.

A sólida política de concorrência da UE existe para impedir que as empresas com uma posição dominante usem o seu poder no mercado para restringir a concorrência. A tônica é colocada na liberdade de escolha do consumidor e na manutenção de condições equitativas para as empresas no mercado único da UE.

Esta política é aplicável a sectores tão variados quanto os dos transportes, da energia e dos serviços financeiros, mas, em 2007, o caso mais marcante neste domínio envolveu a Microsoft. Em 17 de Setembro, um painel constituído por 13 juizes do Tribunal de Primeira Instância da UE confirmou a decisão da Comissão de 2004, segundo a qual a Microsoft tinha abusado da sua situação de quase monopólio no mercado de sistemas operativos para PC. A Comissão considerou que a Microsoft actuara ilegalmente, ao restringir a interoperabilidade dos seus produtos

limitar a escolha dos consumidores

com os sistemas operativos concorrentes e ao associar grupos de produtos, limitando, assim, a escolha dos consumidores.

A Microsoft recorreu desta decisão e da considerável coima aplicada, mas o tribunal com sede no Luxemburgo confirmou a decisão. A Comissão declarou que o tribunal sublinhara o facto de os utilizadores de computadores terem direito a beneficiar da opção de escolha, do acesso a produtos mais inovadores e de preços mais competitivos. Este caso constitui um sinal de alerta claro para todas as empresas que detêm posições dominantes relativamente aos riscos decorrentes da restrição da concorrência, especialmente em sectores de alta tecnologia caracterizados por um rápido desenvolvimento.



Participe no debate sobre a Europa

A Comissão relançou o sítio «Debate Europe» na Internet, no qual pode exprimir as suas ideias, expectativas e preocupações relativamente a temas como a energia e as alterações climáticas, o diálogo intercultural e o futuro da Europa. Nele poderá dialogar com outros cidadãos europeus e, ocasionalmente, com os comissários que participem nos debates.

Visite europa.eu/debateeurope



A Europa em imagens vídeo

Veja os vídeos mais recentes sobre os temas europeus no ETube e envie os seus comentários ou dê a conhecer o sítio a um amigo.

Visite o sítio www.youtube.com/eutube



A União Europeiaia



Outras informações sobre a União Europeia

Na Internet

O sítio *web* Europa contém informações em todas as línguas oficiais da União Europeia:

europa.eu



Visite-nos

Há centenas de centros de informação sobre a UE espalhados por toda a Europa. Poderá encontrar o endereço do centro mais próximo no sítio

europedirect.europa.eu



Telefone ou escreva-nos

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Poderá contactar este serviço por telefone, através do número gratuito **00 800 6 7 8 9 10 11** — se estiver fora da UE, através do número pago (32-2) 299 96 96 —, ou por correio electrónico via

europedirect.europa.eu



Pode ver os vídeos de «A Europa Consigo em 2007» no seguinte endereço:

ec.europa.eu/snapshot2007



Comissão Europeia
Direcção-Geral da Comunicação
Publicações
B-1049 Bruxelles

Manuscrito concluído em Novembro de 2007
© Comunidades Europeias, 2007
Reprodução autorizada



A Europa Consigo em 2007

Breve perspectiva do que fez
a União Europeia
ao longo deste ano

NA-82-07-458-PT-C



Serviço das Publicações

Publications.europa.eu

ISBN 978-92-79-07017-4



9 789279 070174